

vida
mundial

N. 1840 19/12/74

PARTIDOS
POLITICOS

HISTÓRIA E
PROGRAMAS



CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA: 11 fr. - CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP. V17

ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

ALGUMAS QUESTÕES BÁSICAS

Um dos três grandes objectivos apontados pelo M. F. A., e constantemente recordados no seu boletim, é «desenvolver». Como desenvolver? De acordo com o programa do M. F. A.: dentro de uma estratégia antimonopolista, em benefício das camadas mais desfavorecidas, num quadro político democrático. Numa óptica de «reconstrução nacional», para utilizar a expressão lançada no último boletim. Mas o facto é que, para o comum dos mortais, tudo isso é bastante vago. Ora, como se pretende uma ampla participação, como se desejaria uma vasta mobilização popular, haverá naturalmente que mostrar com toda a clareza as implicações e limitações que têm as várias alternativas de «desenvolvimento», que colocar as «questões-chave» com suficiente simplicidade para que cada um possa intervir, isto é, adquirir consciência da medida em que (e para quem) está a «desenvolver» ou, inversamente, da medida em que (e para quem) está a «ser desenvolvido.»

Como pequeno contributo para esse esclarecimento, seleccionámos algumas das questões a debater, se se quiser olhar o desenvolvimento não só em termos económicos mas, sobretudo, em termos políticos.

AGRICULTURA OU INDÚSTRIA?

Esta foi a grande alternativa que se pôs aos novos países independentes, ao acordar dos seus diversos colonialismos, nas décadas de 50 e 60. Os tecnocratas de que se rodearam as respectivas burguesias no Poder, bem como os numerosos consultores estrangeiros que eram chamados para ajudar na elaboração do plano, viam a questão essencialmente na perspectiva de «quebrar os círculos viciosos do subdesenvolvimento», na linha de Myrdal, de levar a economia à fase de «arranque», na linha de Rostow, enfim, de um modo geral, aplicavam a esses países critérios exclusivamente técnicos que pouco tinham a ver com as realidades sociais e políticas que

al se verificavam. Eram, evidentemente, sensíveis ao facto de quase sempre existir um vasto sector agrícola de subsistência que escapava, em grande parte, aos circuitos monetários, mas o que os preocupava, acima de tudo, era o crescimento, tão acelerado quanto possível, do produto nacional. E tal objectivo exigia tecnicamente uma rápida industrialização. Com efeito, a produtividade industrial é muito superior à agrícola — isto é, o produto (ou «valor acrescentado») por trabalhador (ou por hora de trabalho) na indústria é muito mais elevado do que na agricultura.

Não nos detemos, e seria importante, nos fracassos que estavam reservados àquelas estratégias e nas razões, essencialmente políticas (dominação imperialista, neocolonialismo, estruturas de classe internas), que a eles conduziram. O certo é que em Portugal-74 nos encontramos numa situação em que alguns poderiam ser tentados a ver certas analogias com as que se acabam de referir. Sem negar que as haja (sobretudo o termo-nos descoberto como País do Terceiro Mundo), a lição daqueles fra-

cassos deveria levar-nos, por si só, a evitar pôr o problema em termos tão simplistas. Mas, para além disso, há diferenças estruturais que, à partida, eliminam qualquer veleidade desse tipo. De facto, estamos em face de uma economia totalmente monetarizada, em que as relações de produção capitalistas se estendem a todos os sectores de actividade e em que, por via disso, é muito maior a diversificação e mais densa a malha de interligações entre as empresas e os sectores, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Acresce ainda que, em Portugal, a importância do sector industrial é já, em termos de produto, dupla da do sector primário (agricultura, silvicultura, pescas), se bem que a diferença seja muito menor em termos de emprego — o que revela a produtividade muito inferior deste último.

Pois, ainda assim, tendo tudo isso presente, cremos ser extremamente didáctico examinar duas estratégias-limite, inspiradas da alternativa básica agricultura/indústria (que em Portugal em larga medida coincide com interior/litoral), e discorrer um pouco sobre as implicações respectivas.

A primeira alternativa seria a de dirigir o esforço prioritário, ou pelo menos «enviezá-lo» fortemente no sentido do sector agrícola: esforço de investimento, mas também de dinamização/mobilização cultural e política. Algumas consequências de tal orientação:

- Um crescimento mais lento do produto nacional (devido à mais baixa produtividade do sector), mas uma melhor distribuição, na origem, desse mesmo produto: melhor equilíbrio sectorial e regional.
- Um considerável decréscimo no número

ro de trabalhadores agrícolas (dado que a produtividade no sector aumentaria), impondo a criação, em outros sectores, de actividades capazes de lhes dar ocupação.

- Uma tendência marcadamente «descentralizadora», já que as actividades referidas no ponto anterior (indústrias, serviços), dentro da mesma linha de de orientação, seriam preferencialmente localizadas nas regiões do interior.
- Uma reanimação — económica, política, cultural — do interior do País.
- A possibilidade (tão-só) de formular uma alternativa aos modelos clássicos das sociedades ditas industriais: novos padrões de consumo, menores desperdícios sociais, descompressão urbana, etc.

Deixando para depois os comentários, vejamos desde já a outra estratégia-limite. Essa seria a de buscar, em contrapartida, o mais rápido crescimento possível do produto nacional. Neste caso, as implicações mais evidentes seriam:

- Uma orientação prioritária dos investimentos para os sectores mais «reprodutivos», privilegiando as indústrias de mais alta produtividade e maior taxa de acumulação, como sejam as chamadas indústrias capital-intensivas.
- A opção pelo chamado «sacrifício de gerações», pois a linha expressa no ponto anterior significa favorecer o investimento em detrimento do consumo, admitindo-se que daquele virão a «beneficiar as gerações futuras».
- A aceitação de uma cada vez maior «polarização do desenvolvimento» nas grandes áreas urbano-industriais, que

aquele tipo de indústrias normalmente procura.

- A hipótese da «possibilidade social» de uma mais lenta absorção do desemprego e das desigualdades sociais.
- Uma forte concentração do poder político/económico, ainda que seja num forte Estado-patrão (um Estado forte seria, em qualquer caso, exigido pelo ponto anterior).

Convém, antes de mais, precaver-mo-nos da tentação de ver na primeira estratégia uma, ainda que vaga, inspiração «chinesa», e no segundo uma inspiração, ainda que vaga, do «modelo» soviético. As diferenças são tais, em relação a um ou outro desses exemplos, e em particular às situações de partida respectivas, que talvez não valha muito a pena perder tempo com a análise dessas supostas analogias (o que não quer dizer que não devamos meditar em lições alheias). O que importa, isso sim, é sublinhar o facto de ser a primeira alternativa (na sua «pureza» de modelo-limite) muito mais exigentemente anticapitalista do que a segunda, na medida em que não subordina a orientação dos investimentos à sua máxima rendibilidade (privada ou estatal) ou às servidões da acumulação. Ela será mesmo, em última análise, a única compatível com o que se possa designar por **socialismo**, necessariamente descentralizador e «inovador». Só uma estratégia deste tipo, contra o que possa parecer, poderia criar as condições para um «salto político» (para quê falar de transição?), o que não impede que, paralelamente, seja indispensável o Estado concentrar nas suas mãos os chamados «sectores básicos» — pois com esses sectores entregues aos grandes grupos privados, é deles que qualquer estratégia dependerá, e não podemos ter ilusões sobre os resultados.

Explicitemos agora, para melhor ilustração, alguns dos aspectos acima referidos.

CENTRALIZAR OU DESCENTRALIZAR?

É mais que sabido que, na generalidade dos casos, se se deixar um empresário livre de escolher a localização de uma nova fábrica, é fortíssima a probabilidade de que venha a instalar-se na região de Lisboa-Setúbal, ou na de Aveiro-Porto-Braga. Diz-se que o empresário procura beneficiar assim de «economias externas»: vias de comunicação, energia, água, esgotos, facilidades de recrutamento de trabalhadores (sem necessidade de lhes construir habitações, por se tratar de zona urbanizadas), contacto fácil com entidades oficiais, telefones, etc. Em particular as grandes indústrias de base (químicas, petróleos, siderurgia, etc.) tendem a localizar-se junto de portos importantes, pois geralmente importam (ou exportam) grandes quantidades de matérias-primas (ou produtos), e essa localização reduz-lhes sensivelmente os custos e aumenta-lhes a competitividade. Não é, pois, de estranhar que um país de estrutura capitalista cada vez mais se assemelhe a um espaço vazio pontuado de grandes metrópoles urbanas, nas quais (ou em torno das quais) se situa a esmagadora maioria das actividades industriais e da população.

Por aqui se vê que uma alternativa como a que primeiro se expôs é **incompatível** com uma lógica de desenvolvimento capitalista. As numerosas indústrias (e teriam de o ser) fortemente criadoras de emprego — na sua maioria indústrias ligeiras — que, nessa perspectiva, viessem a ser disseminadas pelo interior, de forma a dar trabalho aos que o programa de desenvolvimento agrícola desocupasse das actividades rurais, teriam **quase sempre** uma menor rendibilidade do que se localizadas próximo dos centros urbanos. Além de que tal estratégia iria frontalmente contra o processo de «concentração». Sendo assim, só por orientação do Estado, ou por exigência das próprias populações locais, ela poderia ser ao menos esboçada.

A menos que seja o Estado a subsidiar tais empresas, ou, por outras palavras, a garantir-lhes os lucros: mas essa é a política clássica de «descentralização» dos Estados capitalistas e, que se saiba, isso nunca impediu que as metrópoles urbanas continuassem a crescer alegremente (humor negro...). A alternativa de transição, ou alternativa-teste, não seria a de criação de «cooperativas de produção» ou de empresas mistas em que o Estado se associaria a «colectivos de trabalhadores»?

PRODUZIR PARA QUEM? E COMO?

Tão óbvia como a afirmação acima quanto à lógica de localização será a de que o empresário capitalista, entregue à sua própria «imaginação», escolherá produzir aquilo para que tenha, à partida, mercado assegurado, ou que se lhe afigure fácil de conquistar: sejam pastilhas elásticas, armas, detergentes ou produtos «de luxo». E esse mercado, ele avalia-o ou como um prolongamento do passado ou por analogia com «comportamentos de consumo» verificados no estrangeiro. A menos que decida aventurar-se nos mercados externos, tendo então de proceder a mais cuidada prospecção, quando não são muito simplesmente esses mercados que lhe vêm bater à porta. Por esta via, entre outras, as sociedades mais «avançadas» apontam o trilhão que as mais «atrasadas» terão de percorrer.

Ora, acontece, uma vez mais, que os «compradores potenciais» (e ao empresário não interessam as necessidades em si, mas apenas aquelas que se traduzem em «poder de compra») se concentram sobretudo nas grandes áreas urbanas, pois ali se localizam as indústrias, se pagam salários mais elevados, se tem padrões de consumo «mais evoluídos», ali se situam os portos de exportação. Então, ainda por essa

razão, ele irá ali localizar-se, mas, e é isso que agora nos interessa, irá produzir aquilo que essas populações estão dispostas a adquirir — ou a quem ele, à custa de publicidade, estimula tal disposição. Se são outros industriais os seus clientes, também nesse caso ele não tem que se interrogar sobre a utilidade social dos seus produtos: basta que elas constituam um mercado, nada mais.

A disseminação de indústrias pelo interior do País suporia elas adiantarem-se a um «mercado» não urbanizado, submetem-se a uma lógica em que o «valor de uso» predominaria sobre o «valor de troca» — o que não significa que ali não se pudesse instalar indústrias produzindo para o mercado nacional, ou mesmo para exportação. Uma tal política, de qualquer modo, só teria algum sentido se os critérios de selecção dos produtos não fossem os da pura rentabilidade; se as empresas se integrassem, e não só economicamente, num novo «espaço social» que lhes conferiria — e reciprocamente um dinamismo próprio; se elas constituíssem sobretudo «centros de trabalho» e não «centros de capital». Este último ponto merece, aliás, mais uma breve observação: a fábrica altamente automatizada, «dernier cri» da tecnologia, onde se investiu 1000 contos ou mais por emprego criado — emprego esse, em última análise, totalmente desqualificado — é a antítese mesmo do «colectivo de trabalhadores» (colectivo em todo o sentido). Ela nunca poderá, seja qual for o sistema, constituir um dos tais «centros de trabalho».

OS PÉS NA TERRA

Dir-se-ia que embalmos e que nos pusemos a «imaginar coisas» que não verão nem os nossos bisnetos. Seria interpretar mal o que se disse. Apenas procurámos dar instrumentos para ajudar a compreender os passos que forem sendo dados e, seria excelente, para encetar alguns. Insistimos em que as duas alternativas expostas constituam estratégias-limite, o que só por si significa que nenhuma delas tal qual tem condições para ser seguida. As lentidões da reconversão agrícola, a inserção num quadro capitalista não só nacional, as necessidades (sociais) de sobrevivência dos pequenos empresários tradicionais, os compromissos que o Estado terá necessariamente de aceitar, as próprias urgências da situação económica tenderão a opor-se à primeira, como a escassez de capitais, as dependências (inclusive tecnológicas) externas, o aumento do desemprego, entre outros factores, se tenderão a opor à segunda. A dinâmica da luta de classes, segundo as formas que tomar e os campos em que mais agudamente se manifestar, poderá produzir inflexões num ou noutro sentido. Mas cremos, apesar de tudo, ter alguma utilidade que se disponha de elementos para avaliar em que medida nos estaremos a aproximar mais de uma ou outra linha de orientação — e daí tirar as necessárias conclusões. Isso nos permitirá ter «os pés na terra».

JOÃO MARTINS PEREIRA

CORRESPONDÊNCIA AMIGÁVEL

Com jovens senhoras e senhores em todo o mundo. Informações e 150 fotografias grátis.

Hermes, Berlin 11, Box 17/6, Alemanha